



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EMMANOEL DOS SANTOS MARINHEIRO

**A TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS
2000-2018: UMA BREVE ANÁLISE DO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

EMMANOEL DOS SANTOS MARINHEIRO

**A TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS
2000-2018: UMA BREVE ANÁLISE DO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE-PB**

Monografia apresentada ao Departamento do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para à obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde

**CAMPINA GRANDE-PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M338t Marinheiro, Emmanoel dos Santos.
A trajetória do mercado de trabalho brasileiro [manuscrito] :
uma breve análise do comercio de Campina Grande nos anos
2018 e 2020 / Emmanoel dos Santos Marinheiro. - 2020.
43 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde ,
Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Mercado de trabalho. 2. Comércio. 3. Política
econômica. 4. Crise econômica. I. Título

21. ed. CDD 331

EMMANOEL DOS SANTOS MARINHEIRO

A TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS
2000-2018: UMA BREVE ANÁLISE DO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE-PB

Monografia apresentada ao Departamento
do Curso de Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB, como
requisito para à obtenção do título de
licenciatura em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.

Aprovada em: 29 / 08 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Venho compartilhar os meus sinceros agradecimentos, as pessoas que fizeram parte desta conquista, pois foi através deles que consegui força para concluir meu objetivo tão almejado.

Agradecer primeiramente a Deus, pois sem ele não teria forças para chegar até aqui;

A minha mãe, Fatima Santos, visto que sem a dedicação, incentivo e perseverança dela, não teria suportado até o término do curso;

Agradecer a minha avó Josefa Francisca (*in memória*), que sempre me amou e me apoiou, sempre transmitindo paravas de fé e coragem;

Agradecer a minha professora Aretuza, pelo incentivo e força para que eu concluísse o trabalho.

Aos amigos do curso de Licenciatura em Geografia pelo companheirismo e amizade;

Ao meu professor e orientador, Dr. Arthur Tavares Valverde, pela colaboração, auxílio e paciência ao longo da elaboração desse estudo.

Enfim, quero agradecer à banca examinadora por sua presença e contribuição e a todos que fizeram parte, direta e indiretamente, desta longa jornada de 4 anos de curso. Só tenho a agradecer pela confiança a qual foi depositada em mim.

RESUMO

Nas últimas décadas o mercado de trabalho passou por diversas mudanças, ocasionadas pelas variações da economia no Brasil, refletidas diretamente nos espaços das cidades brasileiras. O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo observar e discutir as mudanças e os efeitos do mercado de trabalho brasileiro, especificamente entre os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, entre os anos 2000-2018 e também, mostrou como as transições do mercado de trabalho no Brasil repercutiram diretamente nas oscilações no comércio da cidade de Campina Grande. O estudo, além de apontar para as mudanças e causas ocasionadas pelos acontecimentos dos governos supracitados, discutimos efeitos da política econômica e os avanços e retrocessos neste setor do país. Entre as dificuldades que foram listadas, destacaram-se as de curto prazo, como os efeitos da política econômica adotada pelo segundo governo Dilma e, as de médio prazo, como desafio de enfrentar os impactos em termos de qualidade dos postos de trabalho a serem criados no futuro.

Palavras-Chave: Campina Grande. Mercado de trabalho. Comércio. Crise econômica.

RESUMEN

En las últimas décadas el mercado laboral ha sufrido varios cambios, ocasionados por las variaciones en la economía en Brasil, reflejadas directamente en los espacios de las ciudades brasileñas. Este trabajo de finalización de curso, tiene como objetivo observar y discutir los cambios y efectos del mercado laboral brasileño, específicamente entre los gobiernos de los presidentes Fernando Henrique Cardoso y Michel Temer, entre los años 2000-2018 y también, mostrar cómo las transiciones del mercado laboral en Brasil impactaron directamente en las oscilaciones comerciales de la ciudad de Campina Grande. El estudio, además de señalar los cambios y causas ocurridos por los acontecimientos de los gobiernos antes mencionados, analizará los efectos de la política económica y los avances y reveses en este sector del país. Entre las dificultades que se enumerarán, se destacan las de corto plazo, como los efectos de la política económica adoptada por el segundo gobierno de Dilma y las de mediano plazo, como un reto para hacer frente a los impactos en cuanto a la localidad de los puestos de trabajo que se crearán en el futuro.

Palabras - Clave: campina grande. mercado de trabajo. Comercio. Crisis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	9
3	TRANSIÇÃO DO GOVERNO FHC – LULA.....	13
4	O PERCURSO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NO GOVERNO LULA.....	15
5	BAIXO CRESCIMENTO E RECESSÃO NO SETOR ECONÔMICO, NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF.....	20
5.1	Intervencionismo e economia no governo Dilma Rousseff.....	24
5.2	Consequências da crise econômica no governo Dilma Rousseff.....	25
6	INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DURANTE O GOVERNO MICHELTEMER.....	28
7	A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPINA GRANDE: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SETOR ECONÔMICO.....	32
8	A CRISE DOS ANOS 1980 E OS REFLEXOS NO COMÉRCIO DA CIDADE DECAMPINA GRANDE-PB.....	38
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de uma inquietação sobre o problema do desemprego no Brasil e, especificamente, em Campina Grande. Diante de todo o contexto analisado, do setor econômico da cidade, o trabalho também surgiu mediante uma melhor compreensão relacionado à conjuntura econômica, perpassados pelos governos citados subsequentes, analisando todas as transformações acarretadas neste contexto.

Diante das pontuações de Venturi (2008) relacionadas ao mercado de trabalho, foi analisado que o mercado de trabalho se evidenciou num processo contínuo e gradual, repercutidos por diversas transformações que atingiram o mundo do trabalho, como também a economia brasileira. Estas diversas transformações acometidas na economia do país, como o aumento considerável do desemprego, aumento do trabalho informal (ambulantes) e o aumento de novas formas de contratação foram acarretadas, particularmente decorrentes dos governos que sucederam os anos 2000-2018.

O presente trabalho discutiu o problema da crise econômica e suas implicações para o mercado de trabalho em duas décadas, demonstrando como essas implicações e os impactos repercutem em Campina Grande. O interesse volta-se para perceber como as políticas econômicas dos governos brasileiros entre FHC E Temer, repercutiram no mercado de trabalho da cidade de Campina Grande. Foi estabelecido um paralelo entre o cenário atual e a crise econômica da década de 1980, objetivando perceber as configurações estabelecidas naquele contexto e na atualidade.

Diante disso, no primeiro momento, irá ser abordado a trajetória do mercado de trabalho nos governos dos anos de 2000-2018, tendo como ênfase a análise conjuntural do setor econômico dos anos citados, como também os avanços e retrocessos do setor econômico, contextualizados desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, até a gestão do governo de Michel Temer. Depois da explanação de toda a trajetória do mercado de trabalho brasileiro, adentraremos para o segundo momento, cuja análise será especificamente sobre o mercado de trabalho no Município de Campina Grande, demonstrando como aconteceu a evolução deste setor na cidade.

No terceiro momento, será abordado, de forma sucinta, como o panorama conturbado da crise econômica dos anos de 1980, repercutiu no comércio de Campina

Grande, analisando as impressões acerca do que viveram na época e como a situação, refletiu no comércio e no cotidiano de muitos trabalhadores. A partir deste aspecto, pretendemos demonstrar as tensões e também de que forma esta crise refletiu negativamente no setor econômico da cidade de Campina Grande.

2 A TRAJETÓRIA DO MERCADO DE TRABALHO NO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Iniciaremos os tópicos a seguir abordando e contextualizando a trajetória do mercado de trabalho no governo FHC, na perspectiva de como este governo foi marcado por um conjunto de ações e projetos que desencadearam consequências nefastas para o trabalhador brasileiro. Os autores a seguir discutem o delinear de toda a trajetória econômica do país, mostrando, através de análises críticas, como também demonstrações de quadros, exemplificando o transcorrer do percurso deste governo.

Baseado nas análises de Mattos (2015), entre os anos de 2000 e 2014, o mercado de trabalho passou por avanços muito importantes para a economia do país. Segundo o mesmo, houve um crescimento da renda real do trabalhador, uma queda nas desigualdades pessoais de rendimento e uma redução de trabalhadores nos espaços ocupacionais.

O autor analisa as mudanças, os impactos, avanços e retrocessos que aconteceram no mercado de trabalho, perpassados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva (LULA) e Dilma Rousseff. Observa-se, nestes períodos conforme Mattos (2015, p. 69) uma “[...] recuperação da economia e a melhoria do mercado de trabalho ocorridos no período 2004-2008 contrastam com o que ocorrera entre 1998 e 2003, quando a economia operou com baixo crescimento e alta inflação.”

Matos (2015) aborda o desempenho da economia, como também os efeitos sobre os indicadores do mercado de trabalho. Ele afirma que houve um contraste nos períodos 1998 e 2003, referente aos anos de 2004 e 2008, quando a economia operou com baixo crescimento e aumento na inflação. Faz ainda alusão à crise de 2009 e os impactos causados por ela e sua recuperação no ano de 2010.

Na visão de Matos (2015), a economia adentra num período de desaceleração no ano de 2011, ou seja, não houve maior impacto no mercado de trabalho, porque as medidas adotadas de incentivo ao consumidor promoveram crescimento não desprezível, no volume de ocupações criadas, particularmente nas atividades de construção civil, comércio e serviços privados. O autor, contextualiza o desempenho da economia, nos anos subsequentes, de como o reflexo da crise e da desaceleração dos investimentos, repercutiram pelo fraco desempenho do PIB.

Furtado (2002), ressalta que durante o período de FHC, houve oscilações referentes ao mercado de trabalho, o autor afirma que, no biênio 1998 – 1999 ocorreu um aumento exacerbado do desemprego, como também a informalidade nas relações de trabalho, foi um período que gerou, 11,4 milhões de desempregados, mas com variações nos anos 2000-2001, cuja taxa de emprego alcançou uma evolução discreta.

Furtado (2002) analisa que o número de desempregados deixados no governo de FHC, causou crítica entre seus opositores. Segundo o Censo de 2000, foram 11 milhões de desempregados no Brasil. A elevada taxa de desemprego nos oito anos de mandato do governo de FHC, segundo Furtado (2002), ocorreu pelo elevado nível de ingresso de novos trabalhadores no mercado de trabalho, ou seja, superior em cerca de meio ponto percentual à taxa de crescimento do nível de ocupação.

Outro balanço negativo, referente a uma crítica exposta por um documento deixado pelo partido dos trabalhadores, diz que:

[...] a participação dos empregos precários – conta-própria, sem carteira e sem rendimentos (geralmente sem acesso à legislação trabalhista e previdenciária) elevou-se de 46,2% para 57,6% de 1989 a 1999, totalizando cerca de 40 milhões de trabalhadores (FURTADO, 2002, p. 16).

Neste caso, há um elevado crescimento da informalidade neste governo, nos anos de 1989-99, que na visão de Furtado (2002), contribuiu de forma negativa em relação às ocupações, ou seja, não houve durante os dois mandatos do governo FHC, alterações nos setores formal e informal no mercado de trabalho, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 - Estimativa da participação dos setores formal e informal no total dos ocupados

ANO	SETOR FORMAL	SETOR INFORMAL
1992	40,52%	59,44%
1993	39,90%	60,05%
1995	40,22%	59,76%
1996	40,88%	59,06%
1997	40,91%	59,08%
1998	40,74%	59,22%
1999	39,96%	60,03%
2000	42,10%	57,88%

Fonte: IBGE, PNDA.

Nota-se, na visão de Furtado (2002), um crescimento do setor informal do trabalho, no período do governo FHC, entretanto o autor aborda esta visão de forma crítica, reavaliando que estas porcentagens de trabalho formal e informal escondem algumas movimentações relevantes, referente à inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Esta visão, abordada pelo autor, baseia-se em três perspectivas subsequentes que serão mostradas abaixo.

Furtado (2002), apresenta três perspectivas baseadas em análises de porcentagens, como também perpassadas por períodos, como por exemplo, na primeira hipótese, no qual o mesmo afirma que, houve uma redução em 1995 de 10% para 7,4% no ano de 2001, referente ao número de ocupados em todo país, como também a queda de 4,6%, para 3,8%, neste mesmo período, baseado no número de ocupados na produção de subsistência. Nota-se neste primeiro momento, que há uma variação significativa no número de ocupados no trabalho laboral, como também no trabalho de subsistência.

No segundo momento o autor aponta que houve um acréscimo no número de trabalhadores com carteira assinada, em detrimento da informalidade ao longo dos primeiros sete anos do governo de FHC. Ele também analisa, finalmente que o ano de 2001, foi o ano que agregou mais ocupações de “boa qualidade”, um ano que foi criado um elevado número de ocupações, cerca de 7,5 milhões.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o primeiro mandato caracterizou-se por uma queda de 2% no emprego formal metropolitano, em relação a 1994. No segundo mandato, [...]o estoque de empregos com carteira assinada recuperou-se a ponto de atingir, nos primeiros nove meses de 2002, uma média 3% superior à prevalecente em 1994 e 5,5% acima da média de 1998 (FURTADO, 2002, p.18).

O autor sinaliza que, para a queda do emprego formal do primeiro mandato, que aconteceu no ano de 1994 (2%) para o aumento no segundo mandato no ano de 2002 (5,5%). Furtado (2002), relata a pesquisa do PNAD, onde é demonstrado mais condições favoráveis para todas as categorias dos trabalhadores no primeiro mandato do governo FHC, em detrimento do segundo mandato, ou seja, no primeiro mandato, os trabalhadores tiveram um aumento real de salário e, no segundo mandato, houve uma queda acentuada, referente as condições de salário.

Bloch (2013) faz uma análise entre os governos de FHC e Lula, afirmando que aconteceram diferenças referentes ao salário mínimo. Houve uma queda no salário mínimo como também perdeu seu valor durante o mandato de FHC, como por

exemplo, entre os anos de 1999 e 2002, o salário mínimo caiu de -4,32%, para -1,32%. No mandato de Lula, o salário mínimo caracterizou um aumento de 155% relacionado ao seu valor no início do seu mandato.

O autor, ainda acrescenta que, durante o governo Lula, além de ter um aumento no salário mínimo, também teve um crescimento relevante relacionado ao PIB brasileiro, fazendo relevância a dezenas de milhões de brasileiros, retirados da miséria, como também acarretou uma melhor distribuição de renda, neste governo, dando continuidade no governo Dilma, como por exemplo, em dois anos de mandato do governo Dilma, houve o crescimento do salário mínimo, cerca de 4,9%.

O autor ressalta que, embora alguns setores tenham passado por um encolhimento neste período, foi no governo Lula, que grande parte da população, viu seu rendimento crescer. Os autores Bloch (2013) e Mattos (2015) fazem alusão ao ano de 2009, afirmando que, mesmo com a queda do PIB na época, que foi 0,3%, o salário mínimo, aumentou 7,74%, como também mesmo havendo os impactos da crise, houve a recuperação em seguida. Bloch (2013), finaliza acrescentando que

[...] diferentemente do que ocorreu com outros historiadores, quando eu olho para números como estes, constato como o Brasil mudou na última década. Uma mudança há muito esperada e tantas vezes adiada. Há muito ainda o que melhorar, sem dúvidas, mas a direção de combater a miséria e tornar digna a vida de boa parte de nossa população é, sem dúvida alguma, uma decisão acertada de nosso governo (BLOCH, 2013, p. 1).

Analisando o que foi exposto, os autores mostraram de forma objetiva, as oscilações econômicas que foram acarretadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar de ter ocorrido um pequeno avanço na economia do país, foi neste governo que, houve um crescimento informal do trabalho, contribuindo de forma negativa para o mercado de trabalho brasileiro. Furtado (2002), demonstra esta realidade, através do quadro, que foi exposto acima, onde ele aborda, de forma objetiva, a exemplificação dos dados na tabela.

Depois da explanação dos fatos mencionados, relacionados a trajetória do mercado de trabalho no governo de Fernando Henrique Cardoso, adentraremos no item seguinte, especificamente na trajetória e contextualização do mercado de trabalho no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

3 TRANSIÇÃO DO GOVERNO FHC – LULA

Baseado nas análises de Costa e Andrade (2003), a transição do governo FHC para o governo Lula, foi marcada por um conjunto de medidas provisórias, cujo intuito, foi mostrar ao novo presidente eleito, os problemas no qual, teria que enfrentar, como também, amenizar a sensação de ruptura, com a chegada do novo presidente.

No dia 02 de outubro de 2002, foi encaminhado para apreciação do presidente da república em exercício, no caso Fernando Henrique Cardoso, a exposição de motivos que deliberava diante de uma equipe de transição, o cargo de presidente da república. Segundo os autores, algumas medidas consideradas importantes, foram aprovadas, permitindo que o novo governo, o governo Lula, se familiarizasse com os problemas que teria que enfrentar, a partir de sua posse. Os itens estabelecidos na medida provisória, segundo Costa e Andrade (2003), foram discutidos com os assessores dos candidatos a presidência da República, no caso Lula e Serra, este último foi derrotado, antes do segundo turno. O objetivo da Medida Provisória era

[...] permitir a atuação conjunta de integrantes da equipe designada pelo Presidente eleito com a Administração corrente, garantindo à nova Administração a oportunidade de atuar no programa de governo do novo Presidente da República desde o primeiro dia do mandato, preservando a sociedade do risco de descontinuidades de ações de grande interesse público (COSTA e ANDRADE 2003, p. 5).

As medidas adotadas para o governo de transição foram muito importantes e também se tornaram bastante positivas para a imagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo os autores, as medidas provisórias tornaram facultativo o direito de futuros candidatos eleitos para o cargo de Presidente da República, instituir práticas semelhantes em outras transições governamentais.

Diante desta análise, os autores mostram algumas regras do governo de transição, como por exemplo, o governo de FHC estava obrigado a fornecer informações à equipe do novo presidente, o grupo petista teria que manter sigilo sobre algumas informações, as decisões de responsabilidade da administração atual, não seriam compartilhadas, dentre outras citações que foram fornecidas por estas regras para o governo de transição.

Nessa perspectiva, os autores fizeram uma breve análise de como ocorreu a transição do governo FHC-LULA, demonstrando que a transição foi acarretada, através de medidas adotadas pelo governo antecessor, elaboradas na casa civil, que

tinha como intuito, minimizar a sensação de ruptura política. Após a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, para a Previdência da República, Costa e Andrade (2003) falam do arranjo político entre o governo FHC e da aliança vencedora PT-PL, no qual permitindo a constituição de um governo de transição, ou seja, as equipes que foram formadas por membros do PT e por colaboradores da campanha de Lula, assumiram a responsabilidade de apresentar um diagnóstico dos órgãos do executivo e dos problemas e condições para enfrenta-los nas principais áreas do governo federal.

Com base no que foi abordado, será demonstrado no tópico a seguir, analisando os indicadores e o percurso do governo Lula, correlacionados a gênese do mercado de trabalho no seu governo. Traçaremos toda a trajetória econômica do Brasil, durante este governo, indagando os acontecimentos do mercado de trabalho no país.

4 O PERCURSO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NOS GOVERNOS LULA

O Governo Lula, discutido por Bezerra (2003), compreendeu dois mandatos consecutivos, nos anos de 2003 a 2010. A autora complementa que, a política econômica de Lula, foi uma continuação do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Bezerra (2003), analisa o governo de Lula como um governo que tirou milhares de pessoas da pobreza absoluta e que foi marcada por casos de corrupção, como, por exemplo, o mensalão. A prioridade do governo, segundo a autora foi, manter a inflação controlada e o real estável. Foi um período, segundo Mattos (2015), onde houve um crescimento real do trabalho, ajustado com a redução das desigualdades pessoais de rendimento.

A autora também sinaliza que Lula contou com o cenário exterior favorável, quando a Índia e China começaram a crescer, favorecimento que alavancou a economia do país, como o aumento de exportação de matérias-primas e das commodities brasileiras, ou seja, aumento de consumo e abertura de mercado. A autora cita também a crise de 2008 nos Estados Unidos, afirmando que o Brasil não foi tão atingindo, sendo que

[...] o governo diminuiu certos impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que tributa sobre os eletrodomésticos, por exemplo. Assim, as indústrias não repassaram o aumento para o consumidor fazendo com que o mercado interno ajudasse a manter a economia brasileira estável (BEZERRA, 2019, p. 2).

Magalhães (2002), também sinaliza o início da política econômica de Lula, como uma política capaz de assegurar a retomada do crescimento econômico, do desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda. O autor afirma que o discurso do presidente Lula, referente aos avanços no setor econômicos, faziam referência à crise em que a economia brasileira se encontrava mergulhada nos últimos anos do governo de FHC.

Os autores fazem uma análise sobre os marcos institucionais e as variações econômicas, refletidas no mercado de trabalho, no governo Lula, ocorridos nos anos subsequentes da sua gestão. Mattos (2015), chama atenção para o ano de 2003, onde foi decidido focar na contenção das pressões inflacionárias, que vinham sendo transmitidas desde meados de 2002 pela desvalorização cambial ocorrida naquele ano. Pinto e Moura (2003), acrescentam também que neste ano ocorreu um crescimento da oferta de trabalho, afirmando que:

[...] a elevação da taxa de atividade, considerando-se que o crescimento da demanda por trabalho (3,08%) foi bastante inferior ao crescimento da oferta, provocou uma elevação bastante significativa de 1,7 p.p. na taxa de desocupados (de 11,2% para 12,9%) (PINTO, *et al.* 2003, p.18).

Os autores desempenham uma comparação das principais Variáveis do Mercado de Trabalho, entre os anos 2002-2003, nos meses setembro /outubro, como observado na tabela abaixo:

Quadro 2 - Principais variáveis do mercado de trabalho Outubro 2002/2003 e setembro-outubro/ 2003

Variáveis	Brasil						
	Set/03	out/03	variação	out/02	out/03	variação	
PIA (População em idade ativa)	36.947	37.082		0,37%	36.349	37.082	2,02%
PEA (População economicamente ativa)	21.485	21.399		-0,40%	20.349	21.399	5,16%
Ocupados	18.704	18.633		-0,38%	18.077	18.633	3,08%
Desocupados	2.781	2.766		-0,54%	2.272	2.766	21,74%
Tx.desocupados	12,9	12,9		0,0	11,2	12,9	1,7

Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME) citado por Pinto e Moura (2003).

Baseado no quadro acima, Pinto e Moura (2003) sinalizam através dos dados, que houve um crescimento na ocupação de (3,08%) nos anos de 2002 e 2003, achando surpreendente porque a economia brasileira estava estagnada na época, havendo um decréscimo no PIB em 2003, pois a geração de trabalho está associada ao crescimento econômico. Na comparação entre setembro e outubro de 2003, a ocupação manteve-se de forma estável. Os autores afirmam que este crescimento que houve na ocupação de 3,08%, em outubro de 2002 e 2003, está associado ao

aumento dos trabalhadores por conta própria e também pelo aumento de trabalhadores sem carteira assinada.

Na perspectiva do autor, a economia atingiu um crescimento no ano de 2004, ocasionada pela demanda externa, como também, por medidas voltadas para a recuperação de crédito, onde ampliou o consumo das famílias. Neste mesmo ano, o autor aponta para a retomada da atividade econômica, encerrando o ano com 1.523 milhão de empregos formais, afirmando que foi um ano de recorde de emprego. Esse cenário de emprego segundo, foi ocasionado pela retomada da atividade econômica e da transferência de renda, gerando expectativas positivas para os investimentos privados. Mattos (2015), afirma que a taxa de investimento cresceu, passando de 15,9%, em 2005, para 19,1%, em 2008.

Já em 2006, Mattos (2015), analisa este ano como um ano da nova postura da política econômica, ou seja, foi um período de novos surgimentos de empregos (1.229 milhão de empregos), culminando com 1.600 empregos formais de trabalho. Passando para o ano de 2007, os autores Mattos (2015) e Bezerra (2019), fazem alusão ao surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento, que contemplava investimentos públicos, nas áreas de infraestrutura do país e ampliação de investimentos na Petrobras e na ampliação do Programa Bolsa Família, com maiores números de famílias contempladas e aumento real no valor do benefício. Segundo os autores, o presidente Lula, nomeou a ministra Dilma Rousseff, para estar a frente deste plano, com isso, aumentando sua visibilidade e tendo condição de construir uma candidatura forte nas eleições presidenciais no ano de 2010.

Mattos (2015) faz referência ao crescimento do valor real do salário mínimo e os seus efeitos, tanto nos rendimentos auríferos no mercado de trabalho, como também no valor real dos benefícios sociais, pois eles estão ligados ao salário mínimo, dessa forma, o valor do salário mínimo é ampliado para as famílias, há uma queda no desemprego, expansão do consumo de crédito e baixa na inflação.

No ano de 2008, Mattos (2015) destaca o crescimento do PIB de 5,0%. O governo reage à crise, com políticas anticíclicas e acrescenta que, o país suportou a crise, pelo fato de haver acumulado reservas internacionais, para suportar, pelo menos por algum tempo, este cenário no quadro internacional, e chama a atenção para as medidas anticíclicas que o governo havia adotado, são elas as

[...] decisões de ampliação do Programa Bolsa Família, além de uma ampliação de investimentos públicos. Decidiu-se também pelo aumento da liquidez, mediante a redução do compulsório dos bancos, o que viabilizou a ampliação do crédito interno (MATTOS, 2015, p. 4).

Do ponto de vista da política fiscal, nos anos 2009 e 2010, Mattos (2015) afirma que as autoridades mantiveram as despesas primárias nestes anos. O autor também sinaliza para o aumento das despesas acarretadas nestes anos (2009 e 2010), como também para o aumento real do salário mínimo, permitindo também a ascensão com a previdência social, abono salarial e seguro desemprego. Mesmo com a adoção dessas medidas citadas acima, Mattos (2015) reafirma que estas medidas não impediram uma retração no PIB em 2009, entretanto mantiveram o ritmo de postos formais de trabalho, ou seja, foram gerados 995 mil postos formais de trabalho.

Diante deste contexto, Pinto e Moura (2003), retratam que estas medidas adotadas no transcorrer do governo de Lula, demonstraram uma adesão do Presidente e do partido no geral aos moldes neoliberais, ou seja, os autores citam a busca de credibilidade aos “mercados, como fator preponderante a esta posição, entretanto, Fiori (2003) acrescenta que

[...] a política macroeconômica ortodoxa [neoliberal] é rigorosamente incompatível com as altas taxas de crescimento sustentável em países periféricos, no contexto de uma economia mundial desregulada financeiramente (PINTO, *et al.* 2003, p,15).

Pinto e Moura (2003) acrescentam que esta política neoliberal, tende a aprofundar as mazelas sociais, na qual sempre fizeram parte do cenário brasileiro, podendo ser verificado no governo de FHC, de forma estrutural, como também verificado no governo de Lula de forma conjuntural como por exemplo, o aumento do desemprego, piora nos rendimentos nos serviços públicos de saúde e da educação, durante o governo de FHC, no transcorrer de 8 anos e perpassados nos primeiros 11 meses do governo Lula.

Em linhas gerais, Ricardo (2018), afirma que apesar de ações de recessão, perpassados durante o governo de Lula, houve, importantes avanços no setor econômico. No governo Lula, como por exemplo, o controle da inflação, dentro dos índices estipulados pelos órgãos do governo, como também o aumento nas concessões de crédito ao consumidor e aos setores produtivos, as políticas de estímulo ao consumo, as constantes quedas nas taxas de desemprego e também a

reformulação de políticas de redistribuição de renda, que foram algumas ações e características, perpassadas durante o governo de Lula.

No item que segue, adentraremos para a trajetória e contextualização do mercado de trabalho no governo de Dilma Rousseff, expondo como foi o desempenho no cenário econômico, na sua trajetória no governo brasileiro, durante o mandato político, especificamente nos anos 2010-2014, que necessariamente, compete o primeiro mandato da mesma.

5 BAIXO CRESCIMENTO E RECESSÃO NO SETOR ECONÔMICO, NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Partindo da análise de Corsi (2015), o governo Dilma Rousseff manteve a política econômica de seu antecessor. Segundo o autor, no primeiro mandato de Dilma, o PIB cresceu 2,1% ao ano, ou seja, metade da taxa de expansão que ocorreu no governo Lula e também um crescimento inferior ao da economia mundial e América Latina, que cresceram 3,4% e 2,9% no mesmo período.

Em linhas gerais, o autor sinaliza que, apesar de Lula não ter alterado a política econômica de FHC, ele adotou uma série de medidas com o objetivo de incrementar o mercado interno. Segundo Rodrigues (2016) e Mattos (2015), o cenário herdado pelo primeiro mandato do governo Dilma, mais necessariamente nos anos 2010-2014, foi baseado em ações voltadas para o controle de gastos públicos, que tinha como objetivo, reduzir o estado como o controlador dos investimentos, entretanto, devido aos acontecimentos e mudanças no transcorrer do percurso, foi necessário inibir a iniciativa privada, acarretando dificuldades para as contas públicas. Mattos (2015), faz alusão ao primeiro mandato da presidente Dilma, que deu continuidade a política de aumento de juros. O autor relata que no governo da presidente, a equipe econômica, abriu espaço para a redução de juros.

Essas medidas, segundo Mattos (2015), na prática promoveram uma forte desaceleração no consumo privado, sobretudo nos bens duráveis, como também outras medidas que corroboraram para a restrição fiscal, como também para o aumento dos juros, com isso debilitando o consumo e efeitos nocivos aos investimentos privados. Rodrigues (2016), chama atenção para as três fases do governo Dilma Rousseff até o ano de 2012, são elas: política fiscal monetária e restritiva, ações que foram influenciadas pelo aguçamento da crise europeia e ações anticíclicas, com destaque para a atuação dos bancos público, ofertando crédito para a pessoa física.

Na visão do autor, o primeiro período do mandato, foi destacado e caracterizado na seguridade do tripé macroeconômico. Rodrigues (2015) faz alusão aos agentes da inflação no período de 12 meses e acrescenta ainda que, houve um mínimo avanço, com base nas porcentagens, como por exemplo, de 5,39% em 07-01-2011, para 5,65% no último dia do mês de janeiro, como também de 10,75%, para 11,25% no mês de julho do mesmo ano. O autor acrescenta que, embora tenha

ocorrido diversas ações neste período, houve um comprometimento no cenário internacional, diante do controle dos preços.

Como o Banco Central decidiu reduzir os juros, na perspectiva de Mattos (2015), houve a desvalorização cambial, decorrente da redução de juros. O governo tinha como objetivo de retomar os investimentos no setor privado, mas isso não ocorreu, ou seja,

[...] os efeitos das políticas restritivas e dos controles "macro prudenciais" tomados no início do mandato haviam consolidado uma forte redução da demanda agregada, levando o setor privado a "ajustar" sua capacidade produtiva à nova realidade marcada pela desaceleração do consumo e do crédito (MATTOS, 2015, p. 5).

O autor constata que, houve a necessidade de investir e dar uma nova guinada na economia, sendo assim a partir de maio de 2013, os juros começou a subir, o governo adotou medidas de isenção tributária, com o intuito de reanimar os investimentos produzidos, entretanto neste período, aconteceu a desaceleração da atividade em, debilitando a taxa de investimento.

Em decorrência a essa queda nos investimentos globais ao ano, especificamente nos anos 2010-2014, Mattos (2015), cita como isto repercutiu na produtividade, chegando ao pior grau de investimento. Ele faz referência aos ganhos na economia no governo Lula, ou seja, por causa desses ganhos no mercado de trabalho, como o aumento do salário mínimo e a expansão de crédito, o mercado ainda mostrava algum dinamismo, impulsionando a massa salarial e o consumo das famílias.

O autor faz relevância a perda de dinamismo do mercado de trabalho, durante o seu governo, que não se materializava pelo fato de não haver investimentos contundentes, como investimentos de pressões inflacionarias, não se tornaram efetivas por conta de estratégias de represamento de preços administrativos. Mattos (2015), também faz alusão na evolução da taxa de desemprego, afirmando que essa taxa foi nítida a partir de 2004 e acrescenta que o crescimento do PIB, colaborou para a taxa de redução do desemprego no período 2013/2014.

Mattos (2015) analisa os indicadores do mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000 até o ano de 2013, demonstrando o crescimento da informalidade através de dados. Na tabela 1, o autor expõe os indicadores selecionados do mercado de

trabalho no Brasil nos anos (2002/2013), no qual inclui o conjunto de ocupações, segundo pesquisas na PNAD/IBGE (quadro 3).

QUADRO 3 - Indicadores do mercado de trabalho, Brasil (2002/2013)

Indicadores	2002	2004	2005	2007	2008	2009	2012	2013
PIA	143,122	150,846	155,722	157,777	160,514	164,640	171,032	173,132
PEA	87,850	93,563	96,682	97,875	99,478	102,281	102,460	103,401
Ocupados	79,709	85,246	87,695	89,928	92,402	93,784	96,098	96,659
Desocupados	8,041	8,317	8,987	7,947	7,076	8,497	6,363	6,742
Taxa Desemprego (%)	9,16	8,89	9,30	8,12	7,11	8,31	6,21	6,52
Total empregados	43,233	46,969	48,209	51,431	54,103	54,914	59,401	59,901
Empregados com registro em carteira	23,367	25,800	27,126	29,735	31,834	32,743	37,780	38,513
Militares e funcionários públicos estatutários (**)	5,092	5,605	5,516	6,131	6,409	6,697	7,070	7,138
Empregados sem registro em carteira	14,755	15,563	15,567	15,565	15,860	15,475	14,552	14,250
Trabalhadores domésticos	6,174	6,515	6,694	6,652	6,612	7,295	6,511	6,474
Trabalhadores por conta-própria	17,747	18,740	18,980	19,064	18,719	19,209	19,832	19,924
Trabalhadores p/o próprio consumo	3,306	3,536	4,078	4,058	4,176	3,936	3,822	4,342
Empregadores	3,380	3,500	3,705	3,368	4,145	4,035	3,620	3,623
Não remunerados	5,868	5,986	6,030	5,355	4,648	4,395	2,912	2,395
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL (%) (***)	39,9	40,9	41,4	43,6	45,9	46,4	50,4	51,0
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO PRECÁRIA EM (%)(***)	60,1	59,1	58,6	56,4	54,1	53,6	49,6	49,0

Fonte: PNADs/IBGE, 2015.

Baseado nas análises dos dados exposto no quadro 3, percebe-se as variações e os aumentos conforme alguns setores, demonstrados na tabela 1, como, por exemplo, o aumento da informalidade, o número de ocupados, total de empregados, dentre outras variações acarretadas no percurso dos anos de 2002 até a chegada de 2013. A tabela demonstra que houve decréscimo no decorrer dos anos exemplificados, como os não remunerados, principalmente nos anos 2009/2013, acarretando uma queda brusca. Nota-se também que houve uma queda, referente a participação da ocupação precária, ou seja, houve um decréscimo em porcentagens.

Sendo assim, Mattos (2015), exemplifica através de dados percentuais demonstrados na tabela 1, que vários setores, relacionados aos indicadores do mercado de trabalho no Brasil, tiveram variações significativas, principalmente para a informalidade, e para o número de ocupados. Também foi demonstrada na tabela, a evolução do número de empregados formais. Baseado no exposto, verificou-se uma grande variação nos dados abordados e também um aumento significativo principalmente no número de ocupados e empregados com registro na carteira, entretanto, foi no intervencionismo na economia que o governo Dilma adotou medidas errôneas, afetando o investimento e a confiança de consumidores.

Seguindo os itens subsequentes, adentraremos para o intervencionismo no governo Dilma, como este intervencionismo afetou a economia brasileira no seu mandato, e como corroborou para a segunda menor taxa de aprovação de seu governo, perdendo apenas para o vice presidente, Temer.

5.1 Intervencionismo e economia no Governo Dilma Rousseff

Resende (2014), afirma que foi no governo de Dilma Rousseff, que aconteceram as piores tentativas de expansão de crédito, como também a intervenção na economia. O autor acrescenta que foi a pior contração do PIB brasileiro, sendo o povo brasileiro o pior prejudicado. Resende (2014) faz alusão a grande retração do PIB e a situação agravante que passava a economia do país, durante o governo Dilma e comparou de maior gravidade em relação ao longo do século XX, baseado nas quatro grandes crises econômicas da história brasileira, ou seja, dos anos 1930, 1980, do governo Collor e do governo Dilma.

Segundo Rocha (2016), o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi uma catástrofe, referente à política econômica do país. O autor acrescenta que o segundo mandato, foi uma oportunidade para a presidente consertar os desacertos. Mas, o intervencionismo na economia e também a composição de sua base econômica, fez com que impedisse a implementação de uma agenda econômica positiva.

Resende (2016), chama atenção para a desastrosa queda na economia brasileira, relacionado expansão de crédito. O autor cita que de início, houve um crescimento da economia a níveis elevados, mas esta situação corroborou para a atual conjuntura da economia no Brasil, ou seja, com o aumento do volume do crédito, a taxa flutuou em vários patamares, trazendo resultados inesperados, como por exemplo: a expansão de crédito, gera aumento de dinheiro, conseqüentemente mais gastos, que provocará um aumento nos preços e aumento na inflação.

O autor sinaliza que, como aumentou o crédito e mais dinheiro no mercado, aumentou a demanda e com a escassez dos produtos simultaneamente aumentou os preços e também os juros, gerando apreensão dos investidores, que pararam de investir, como também para os consumidores e acrescenta que,

[...] com taxas altas, os investidores simplesmente para de investir, pois o retorno em renda fixa atreladas a Selic elevada, são muito mais seguras e lucrativas que o próprio risco de alocar recursos no mercado financeiro. Os ganhos reais no tesouro nacional em 2016 chegaram a 09% acima da inflação (RESENDE, 2016. p. 4).

5.2 Consequências da crise econômica no Governo Dilma

A partir das contribuições de Dweck e Teixeira (2017), o governo de Dilma, inicialmente alcançou saldos positivos, devido a política econômica de combate a crise de 2008, na gestão de Lula, onde foi viabilizado uma rápida Ascensão econômica, já que em 2010, houve uma elevada taxa de redução de desemprego, mantida, segundo os autores, até o ano de 2014. Segundo Dweck e Teixeira (2017), o primeiro mandato de Dilma em 2011, foi marcado pelo efeito do ciclo econômico, logo no primeiro mandato do presidente, como também na tentativa na redução da política fiscal em favor da política monetária.

Entretanto e na visão dos autores, no final de 2014 e frente aos novos choques econômicos, a economia brasileira começou a desandar, ou seja,

[...] houve uma forte desaceleração da atividade, que acelerou a retração da arrecadação e houve piora significativa do resultado fiscal. Ao longo de 2015, foi rompida a “convenção do crescimento”, e foram adotadas medidas restritivas em todas as áreas, principalmente na fiscal (DWECK, *et al.*, 2017, p.2).

Segundo Resende (2016), uma economia saudável para o país, é sem sombra de dúvidas, o aumento de oportunidade e de salários, entretanto isso não ocorreu no Brasil, no governo Dilma. A crise econômica, na visão do autor, acarretou aumento do desemprego e simultaneamente o aumento da pobreza. Resende (2016), afirma que no ano de 2015, estavam na fila do desemprego, cerca de 2,8 milhões de pessoas, fazendo uma comparação no ano de 2014, onde houve um aumento de 38,1% no ano.

Resende (2016) analisa possíveis soluções para que o país se recuperasse dessa crise no ano de 2015 que assolou o Brasil, afirmando que para o país crescer seria necessário ser menos dependente das commodities e do crédito, com isso estimular o consumo e expandir os gastos públicos. Resende (2016), ainda acrescenta que vários setores se prejudicaram decorrentes da crise, como o setor do comércio e indústria, onde levaram uma queda recorde do volume de serviços prestados no país e também a crise política, onde foi agravado tudo, aumentando o descrédito e principalmente travando a toda a economia. A crise política, na visão do autor, trouxe consequências econômicas violentas.

Resende (2016) faz uma breve retomada das consequências do intervencionismo, adotados pelo governo Dilma, apontando que, mesmo este sistema intervencionista seja cheio de contradições, dificilmente seria abandonado, pelo fato de haver privilégios e ninguém, querer abdicá-los, complementando que,

[...] a intervenção é uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e os empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam (RESENDE, 2016. p. 12).

Ricardo (2016) faz referência a saída da presidente, e acrescenta que

[...] com as malas no jardim do Palácio da Alvorada, Dilma dá lugar ao novo presidente do Brasil: Michel Temer (PMDB). Como vice-presidente até então, é ele o primeiro na linha sucessória do poder com o afastamento da petista. Até nos dias atuais, é fortemente acusado de ter orquestrado, nos bastidores, a queda da primeira presidente mulher na história do Brasil (RICARDO, 2016, p. 7).

Por fim, houve o impeachment de Dilma e sua saída, na visão de Ricardo (2018), iniciou-se um novo ciclo presidencial, dando lugar ao então presidente Michel Temer do PMDB. Michel Temer foi o primeiro presidente da linha sucessória do poder, devido ao afastamento da petista. Segundo o autor, até hoje, o ex-presidente, é acusado ter articulado um golpe de governo e a queda da primeira mulher presidente da história do Brasil.

De início, o autor acrescenta que o novo governo de Michel Temer, começou com diversas propostas e também uma nova equipe, como, por exemplo, a promessa de recuperação e estabilização da economia e de realização de reformas necessárias para a reestruturação e modernização do país, entre elas a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Entre os ministros que foram nomeados por Temer, Ricardo (2018), destacam nome de Henrique Meireles, como ministro da fazenda e previdência social. Depois da explanação dos fatos mencionados, sobre a trajetória do mercado de trabalho no governo Dilma, analisaremos os indicadores do mercado de trabalho, durante o Governo Temer.

6 INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DURANTE O GOVERNO MICHEL TEMER

Segue, analisando a trajetória do mercado de trabalho no governo de Michel Temer, abordando sua trajetória no contexto da economia brasileira, mostrando como foi perpassado o setor econômico na sua gestão. “O governo do presidente Michel Temer, termina marcado por um inédito ciclo de baixo crescimento”. Esta citação, exposta pela folha de São Paulo (2018), faz referência ao pior ciclo de crescimento em cem anos, afirmando que em comparação a década perdida de 1980, os anos de 2011 a 2020, manteve um baixo crescimento econômico, afirmando que a expansão do país chega a 1%. A Folha de São Paulo ainda acrescenta que o Brasil, viveu durante o governo Temer, o pior desempenho econômico em uma década, desde o início do século passado.

Ricardo (2018), faz um contraponto, relacionado às propostas de Temer, o qual iniciou seu governo com promessas bem acordadas, como mostrado na carta elaborada pelo PMDB, no ano de 2015, dizendo que,

[...] faremos esse programa em nome da paz, da harmonia e da esperança, que ainda resta entre nós. Obedecendo as instituições do Estado democrático, seguindo estritamente as leis e resguardando a ordem, sem a qual o progresso é impossível. O país precisa de todos os brasileiros. Nossa promessa é reconstituir um estado moderno, próspero, democrático e justo. Convidamos a nação a integrar-se a esse sonho de unidade (PMDB, 2015, p. 19).

Propostas essas, que só ficaram no papel, pois como afirma Ricardo (2018), o novo presidente, não só não acabou com a alta na inflação, como também, foi autor de inúmeras acusações de corrupção, como também de crimes com organizações criminosas, dentre outras que foram acarretadas durante o seu curto mandato. Segundo o autor, diversos pedidos de impedimento foram pedidos, pelo planalto, sobre diversas negociações a qualquer custo.

Diante das ações equivocadas, elaboradas no governo Dilma, como os excessos de gastos, isolamento do mundo, benefícios fiscais mal elaborados, dentre outras ações que colaboraram para o aumento dos gastos públicos e também o aumento da inflação, Castro (2016), faz uma análise, perpassando o governo Dilma, para o governo Temer, afirmando que, logo após a posse do presidente Temer, foi encaminhada para o congresso, uma proposta orçamentária para 2017 (PLOA), cujo

objetivo era a redução dos gastos públicos em proporção do PIB. O autor acrescentou que:

[...] a proposta orçamentária foi elaborada com a previsão de que o gasto público ficará em 19,3% do PIB. A despesa total foi fixada em R\$1,316 trilhão, contra a previsão de R\$ 1,240 trilhão neste ano, o que representa um aumento nominal de 6,1% (CASTRO, 2016, p. 4).

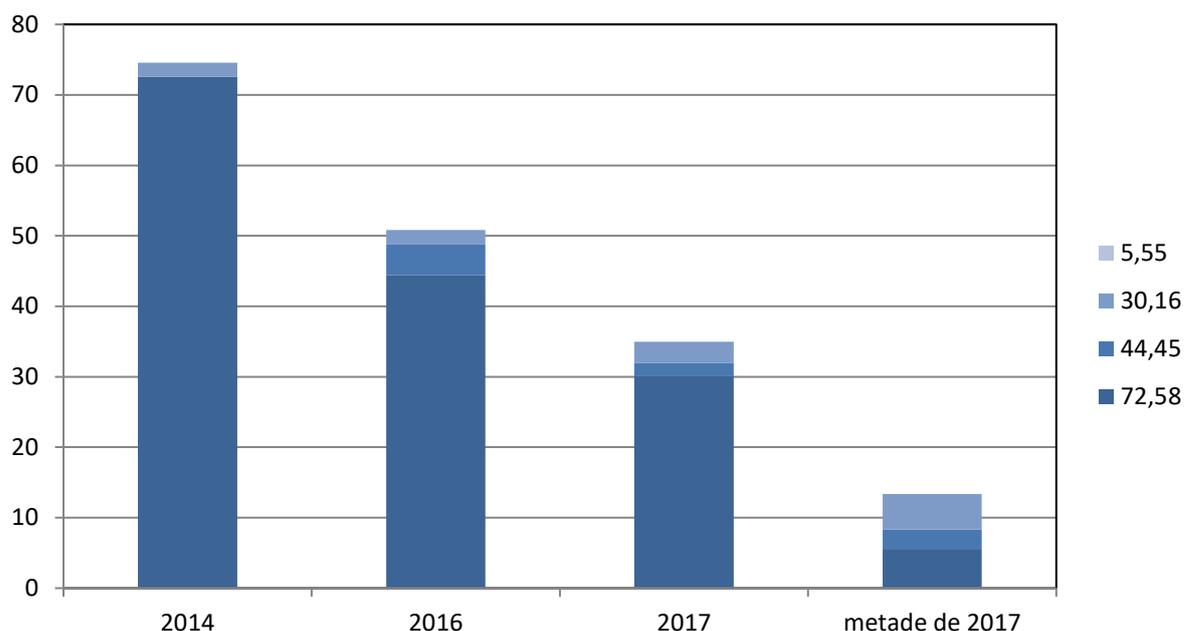
O autor retrata que, a atual equipe do presidente Temer, adotaram diversas propostas com o intuito de diminuir os gastos públicos e baixar a inflação. Castro (2016), chama atenção para a reforma da presidência, que foi o principal projeto de Temer, cuja pretensão era alterar a idade mínima para o trabalhador, pleitear a aposentadoria com 65 anos, com tratamento especial para mulheres e professores. Esta, que seria uma das propostas do governo Temer, foi iniciada em 2016, que tinha como pretensão a alteração na previdência social brasileira, entretanto, teve sua tramitação paralisada.

A nova proposta do presidente, segundo o autor, não foi aceita, pelo fato de não ter tido o apoio do congresso. A folha de São Paulo, ainda complementa que, as propostas reformistas não vingaram, pelo fato de terem vazado áudios, com diálogos entre Temer e o empresário Joesley Batista. Logo, o cenário de uma política incerta, sem investimentos, como também uma greve dos caminhoneiros, agravaram o setor econômico do país.

Medeiros (2019), acrescenta que, não foi só no setor econômico que faltaram investimentos e acesso ao crédito do governo temer, mas entre diversos setores importantes do Brasil, como o setor da infraestrutura, que teve seu pior desempenho, em 10 anos, como também, foram impactados outros recursos, dentre eles,

[...] o crédito imobiliário, com queda de 16%, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa Minha Casa, Minha Vida, o Orçamento de Investimento das estatais, a paralisação do Programa de Investimento Logística (PIL), entre outros (JORNAL DE TODOS OS BRASIS, 2018, p. 1).

Segundo o jornal, o PAC (Programa de Aceleração Contínua), caiu de forma brusca, durante o governo Temer, como demonstrado abaixo (gráfico 1).

Gráfico 1 – Acompanhamento da taxa de crescimento econômico do Brasil entre 2014 e 2017

Fonte: Relatório do 11º balanço do PAC (2017).

Ricardo (2018), sinaliza, o que seria necessário fazer para uma boa política e para o bom funcionamento dela, que seria a transparência e a responsabilidade financeira. E acrescenta que, embora todos os governos que foram citados tenham falado em equilíbrio nas contas e corte nos gastos, nem tudo é colocado em prática.

O autor faz alusão à importância de não gastar excessivamente e cumprir com as obrigações institucionais. Não deveria haver jogos de interesses, segundo Ricardo (2018), para com isso, aumentar a qualidade de vida da população, como também o crescimento da produção do país, e acrescenta que

[...] a administração pública ainda é muito omissa e incompetente quanto às demandas que o Brasil e os brasileiros solicitam. O crescimento nos índices de violência, as carências enfrentadas pela educação, a corrupção instalada no meio político, a deterioração da saúde pública [...] (RICARDO, 2018, p. 11).

Segundo o autor, a sociedade carece e necessita de serviços públicos de qualidade e se revolta por ver a economia do país em decadência e sem que haja o mínimo de retorno para a sociedade, ou seja, os impostos são muito altos, garantindo vida ao Estado, sem haver melhorias nos setores públicos para a sociedade, há também o aumento do desemprego e de empregos informais, já que demite mais do que contrata. O importante, segundo o autor, é que os governantes, honre mais seus compromissos sociais, sem esquecer das políticas de crescimento da economia,

sendo assim, honrando os gastos públicos, são beneficiados os setores da saúde, educação e previdência, nos quais, são os principais pilares das políticas públicas.

Ricardo (2018), encerra este ciclo fazendo uma comparação dos governos que foram analisados neste trabalho, no setor econômico. O autor afirma que dentre o que foi exposto, pode ver que o Brasil, atingiu um certo avanço, particularmente em meados do ano de 2003, havendo uma recessão no transcorrer dos anos adiante, impactando mais ainda a vida do trabalhador. Do ponto de vista do autor, seria necessário investir em políticas que garantissem o crescimento econômico do país, simultaneamente, acarretaria a melhoria da população do país.

7 A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPINA GRANDE: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SETOR ECONÔMICO DA CIDADE

A Cidade de Campina Grande, na visão de Pereira (2016), começou a conviver com importantes avanços e inovações técnicas, a partir da implantação da rede ferroviária no ano de 1907, impulsionando o comércio do setor algodoeiro, tornando-o um importante polo exportador deste produto e importante centro comercial do interior do Nordeste durante a primeira metade do século XX.

No transcorrer deste crescimento, Diniz e Castilho (2009) afirmam que, a cidade foi ganhando visibilidade, ocasionando grandes avanços, modernas mudanças e crescimento na economia. A cidade tornou-se um grande centro comercial da região, como também um importante centro de serviços do terciário superior. Diniz e Castilho (2009) afirmam que, com o declínio do algodão, os setores comerciais de Campina Grande, entraram em crise, fazendo com que a cidade, crescesse em ritmo muito lento. Com a queda do algodão, o setor de serviços, (saúde, educação e tecnologia), simultaneamente, passou a tornar-se com grande visibilidade, tornando-se como uma função importante na economia da cidade.

Com o advento da informatização, os autores afirmam que a Cidade de Campina Grande apresentou um sistema técnico único, ou seja, as informações que chegavam, eram processadas em diferentes lugares do mundo, tendo o objetivo de manter uma hegemonia no mercado mundial. As empresas, segundo Diniz e Castilho (2009), foram impulsionadas pela busca do lucro, sendo assim,

[...] grupos empresariais, apoiados por ações do Estado, inauguraram um novo cenário mundial, caracterizado por um sistema de espaços da globalização da produção e comercialização, espaços internacionalizados e sem fronteiras (DINIZ e CASTILHO, 2009, p. 45).

Nesta perspectiva, o Município de Campina Grande, foi impulsionada pelos avanços tecnológicos, ampliando e dando ênfase para o crescimento das empresas. Diante desta modernização, as empresas foram conquistando cada vez mais os espaços, com isso, garantindo cada vez mais, a acumulação necessária para o crescimento e consolidação do capitalismo. Conforme os autores, esta consolidação da tecnologia na cidade, tornou o espaço mais fluido, integrado e principalmente, tornando os serviços mais amplos e diversificados.

Diniz e Castilho (2009) enfatizam a presença dos vetores contemporâneos em Campina Grande, sendo o ano de 1960 que as inovações foram implementadas. Os mesmos sinalizam que o surgimento de novas formas de comércio, em detrimento do declínio do comércio varejista. Diante da queda do setor varejista, foram surgindo novas formas de empreendimento, como, por exemplo, a expansão dos mercados de médio e grande porte (mercados e supermercados), como também as tradicionais feiras, que enaltecem o setor econômico da cidade.

Diniz e Castilho (2009) ainda abordam a importância dos investimentos dos setores públicos e privados como também na produção de eventos turísticos de caráter regional, nacional e internacional. Estes destacam diversos exemplos para a grande alavancada no comércio da cidade, como a construção de ginásios, museus, casas de shows, hotéis, restaurantes, áreas de lazer e áreas para a realização de eventos culturais, como o parque do povo, entre outros.

Dentre os diversos investimentos acarretados na cidade para impulsionar o comércio de Campina Grande, um deles é a maior festa popular, não só no âmbito regional, mas internacional, que é o maior São João do mundo, um evento, na visão de Rossi (2019), como a maior festa mais popular do Nordeste do Brasil. O autor afirma que este investimento é compreendido como algo positivo para o comércio da cidade.

Diniz e Castilho (2009), enfatizam ainda que esses eventos citados anteriormente, contribuíram para as transformações na cidade no setor econômico, “[...] proporcionando condições para o crescimento da mesma, reforçando ainda mais a consolidação de Campina Grande como um importante centro do consumo a nível regional, segundo os padrões do capitalismo atual” (DINIZ *et al*, 2009, p. 47).

Diniz e Castilho (2009) retratam que a realização desses eventos, como, por exemplo o maior São João do mundo, trouxe para a cidade de Campina Grande a expansão do comércio moderno, em razão do alto fluxo de consumidores, que são tanto de regiões do país, como também consumidores do exterior e retratam que o grande crescimento econômico da cidade fez do seu espaço urbano um amplo centro comercial do interior do Nordeste do Brasil. Diniz e Castilho (2009), destacam o surgimento de significativo sempre entendimentos, em diferentes pontos da cidade, que corroboraram para os avanços no setor econômico da mesma, conforme pode ser observado nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 - Partage Shopping, localizado na Av. Pref. Severino Bezerra Cabral, 1050 – Catolé



Fonte: Partage Shopping/2013.

Figura 2 - Shopping Luiza Motta, localizado na Rua Vigário Calixto, 1395, Catolé.



Fonte: Unknown/ 2018.

Figura 3 - Shopping Cirne Center, localizado no Centro da Cidade.



Fonte: Péricles Alves Batista/ 2016.

Diniz e Castilho (2009), ressaltam a implantação de novas e modernas estruturas num mesmo espaço, que passaram a contribuir na dinamização da cidade, como por exemplo os investimentos no bairro do Catolé, Sandra Cavalcante, Itararé e Mirante. Esses bairros, citados pelos autores, são valorizados pelo fato de possuir, grandes estabelecimentos comerciais (Shopping Luiza Mota e Shopping Partage) contribuindo na intensa valorização destes lugares. Diniz e Castilho (2009) fazem alusão aos grandes investimentos em infraestrutura nos bairros citados, como a construção de novas vias e calçamentos de ruas.

Estes novos espaços comerciais, na visão dos autores, corroboram automaticamente para a desigualdade de oportunidades, ou seja, as pessoas de baixa renda,

[...] distancia-se, largamente, da grande massa consumidora de baixa renda a qual permanece como que “à margem” dos novos espaços de consumo. O que não quer dizer, contudo, que estes segmentos sociais não participem do modelo de mercado implantado (DINIZ, *et al.* 2009, p.49).

Diante da análise dos autores, percebe-se que estes modernos estabelecimentos, construídos para o consumo, lazer e divertimento, caracteriza-se num espaço destinado para as classes sociais mais elevadas, ou seja, uma pessoa de melhor situação econômica, tem mais condições de desfrutar destes espaços e serviços, sendo este um local de difícil acesso para as pessoas que possuem uma situação de baixo poder aquisitivo, sendo este, um lugar e exemplo bem claro das desigualdades acarretadas no mundo.

Diniz e Castilho (2009), afirmam que, com o crescimento e surgimento de novos espaços modernos de grande porte, as pessoas não estavam qualificadas para trabalharem nas grandes firmas. Estes relatam que, com o crescimento e surgimento desses novos estabelecimentos, o problema do desemprego também foi aumentando. Com o aumento do desemprego, o setor informal foi impulsionado, pois este setor representou uma fonte de emprego de última instância.

Diniz e Castilho (2009), retratam que o setor informal foi uma forma de realização pessoal e também uma fonte de renda e de sobrevivência, nas figuras 4, 5 e 6, demonstraremos alguns setores informais, localizados na cidade de Campina Grande.

Figura 4 - Arca Titão, localizada na Rua Floriano Peixoto, no Centro da cidade.



Fonte: Visite Campina/ 2014.

Figura 5 - Shopping Centro Edson Diniz, localizado na Rua Marquês do Herval, 38, Centro.



Fonte: Portal Correio/ 2015.

Figura 6 - Lojas populares localizadas na Rua Maciel Pinheiro



Fonte: Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande/ 2018.

Conforme o setor informal foi crescendo, os empresários lojistas começavam a se sentir incomodados pelo grande volume de ambulantes e vendedores que ficavam situados nas calçadas de seus estabelecimentos. Diniz e Castilho abordam que, diante desta situação, o poder público incluiu na problemática um projeto de revitalização na área central da Cidade, assim, diante deste projeto foram criados novos espaços populares no centro da cidade, como por exemplo a Arca Titão e o Shopping centro, que são áreas do comércio dos ambulantes, no qual foram transferidos para estes locais.

Segundo Diniz e Castilho (2009), embora estes comerciantes tenham migrado para locais fixos, os mesmos passaram a fazer novas reivindicações e reclamações ao poder público, referente a localização dos seus empreendimentos, pois nem todos os ambulantes, foram instalados naqueles espaços, sendo estes, migrando para outras calçadas de outras localidades, como por exemplo na Rua João Pessoa, na Rodoviária velha, dentre outros pontos da cidade. Diante desta análise, Diniz e Castilho (2009) abordam a permanência e o aumento das desigualdades sócio-espaciais na Cidade de Campina Grande, até os dias atuais.

Baseado nas análises dos autores Diniz e Castilho (2009), sobre o mercado de trabalho na cidade de Campina Grande, percebemos a sua complexidade estrutural, como também as diversas formas espaciais do comércio contemporâneo, reforçando as contradições inerentes ao processo de produção do espaço urbano. Adentraremos a seguir na crise do mercado de trabalho na cidade de Campina Grande, contextualizando como esta crise de 1980 repercutiu na economia da cidade. Neste último tópico, adentraremos na contextualização dos malefícios causados no comércio de Campina Grande, ocasionado pela crise de 1980 e abordaremos os problemas econômicos no comércio, acometidos pela mesma.

8 A CRISE DOS ANOS 1980 E OS REFLEXOS NO COMÉRCIO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

O cenário recessivo ocasionado pela crise dos anos 1980, na perspectiva de Felipe (2016), inibiu as diversas formas de investimento, como também, afetou o comércio da cidade nas variadas formas, relacionado ao mercado de trabalho da cidade, a economia brasileira, esteve mergulhada na mais grave crise de sua história. Segundo Felipe (2016), a crise colaborou para o fechamento de lojas, de filiais da rede do varejo, não só em Campina Grande, mas em toda a Paraíba.

Com base na perspectiva de Silva (2015), Campina Grande não era a mesma de antes, ou seja, a cidade não tinha tanta importância seja no setor algodoeiro, não era a “número 1” do Nordeste e também não se destacava mais no setor industrial. Eram tempos de crise, ou a chamada na visão de Silva (2015) de “década perdida”. Segundo Silva (2015) a cidade procurava algo que lhe colocasse mais uma vez na primazia a frente no setor econômico, ou seja, as apostas eram direcionadas nos setores de educação, turismo e serviços, passando a se firmar como “cidade universitária”.

Campina Grande, na visão de Silva (2015), era considerada a “Liverpool brasileira” seja pelos tempos áureos do algodão, das grandes indústrias ou do comércio atacadista. O apelido atribuído à cidade, foi em alusão a mesma ter ocupado as maiores praças algodoeiras do mundo. No setor industrial, a cidade ocupou um lugar de destaque, sendo que a mesma detinha a maior participação no conjunto de produção, o padrão seria comparado a indústrias das capitais dos estados.

Entretanto, Silva (2015) discute que os anos de 1980, foram anos conturbados para a economia da Cidade, ou seja, foram tempos de contradição, visto que por um lado a crise econômica assolava a economia e por outro fortes mobilizações em prol da democracia, almejando dias melhores. No mesmo contexto de mobilizações que se aclamava por democracia, Silva (2015, p. 3) nos apresenta que “[...] outros eram direcionados em prol de sanar problemas pessoais e emergenciais. A situação de crise econômica e social na cidade de Campina nesse período foi tão real quanto os gritos pelas *Diretas Já*.”

Silva (2015), faz referência a existência de duas Campinas Grande, sendo uma antes e a outra depois do regime militar, informando que as políticas centralizadoras afetaram o projeto desenvolvimentista da cidade. Na análise de Silva (2015), a cidade

não vivia seus melhores momentos, referente a oportunidades de empregos, a cidade começou a passar por diversos problemas sociais e econômicos como, por exemplo, o desemprego gerado pelo fechamento das indústrias na cidade. Silva (2019), analisa a crise de da década de 1980 como um fator que corroborou para altos índices de inflação, desemprego e grande povoamento das regiões urbanas.

O número de habitantes cresceu trinta por cento na década de 1980, relacionado ao período de 1970, Silva (2015) afirma que a população chegou a mais de 250 mil habitantes. A cidade começou a inchar na medida que diversos municípios foram perdendo a população para o município de Campina Grande, ou seja, as pessoas que vinham de Alagoa Nova, Lagoa de Roça e Areia, saíam de seus municípios em destino a Campina Grande, tentar sorte. A autora afirma que muitos desempregados e famílias inteiras migraram para a cidade a procura de emprego.

Mediante as impressões acerca da crise de 80 e os reflexos causados por ela, a situação da crise refletiu de forma agressiva no cotidiano dos trabalhadores. A cidade ofereceu poucas oportunidades de trabalho para os trabalhadores, dentre diversas consequências que afetaram o cidadão campinense. Diante desta análise, o cenário recessivo ocasionado pela crise dos anos 1980, na perspectiva de Felipe (2016), inibiu as diversas formas de investimento, como também, afetou o comércio da cidade nas variadas formas, relacionado ao mercado de trabalho da cidade. Segundo Felipe (2016), a crise colaborou para o fechamento de lojas, de filiais da rede do varejo, não só em Campina Grande, mas em toda a Paraíba.

Felipe (2016), afirma que em decorrência da crise, a retração da atividade comercial, ocasionou o fechamento de lojas do centro da cidade, como a loja Insinuante, Esplanada e Eletroshopping e, ainda complementa que, o fechamento dos imóveis foi ocasionado pela inviabilidade econômica. Nesta perspectiva, o problema foi assolado a diversas áreas da cidade de Campina Grande, como no Centro da Cidade e pelos setores adjacentes.

Diante desta perspectiva, e baseado nos governos citados no decorrer do trabalho, nota-se que do governo FHC a Michel Temer, a economia do Brasil, veio decaindo e oscilando, revertendo no cenário conjuntural até os dias atuais. Percebe-se que, foi no governo Lula que a economia obteve uma ascensão e notória evolução, como a aquisição da população nos mínimos sociais, como o enaltecimento das políticas públicas. Os autores abordam que a crise de 80, colaborou para o fechamento de lojas, como também para as desigualdades sociais.

Fazendo relação da crise de 80 e com a atual conjuntura, percebe-se que apesar da crise de 80 ter colaborado para o declínio da economia no Brasil, refletindo na vida da população e no aumento das desigualdades sociais, os reflexos da atual conjuntura também são percebidos no contexto da economia do país. Analisando esses dois momentos antes e depois da crise de 80, e contextualizando a crise atual, fruto dos governos neoliberais, essa crise atual vem desde o governo Collor de Melo, através de medidas fracassadas, como por exemplo o plano Collor 1 e 2, que não conseguiram salvar a economia e nem tão pouco conter a inflação, ocasionando uma recessão muito profunda.

Quando se fala em conjuntura atual, fala-se em decorrência aos últimos 30 anos de nossa história e aos devidos acontecimentos correlacionados nestes, sendo assim, a retração que deu início no governo de Collor de Melo, vem perdurando até os dias atuais, afetando a economia e refletindo na população, causando desemprego em massa, aumento da informalidade e o reflexo dos impactos negativos dentro da economia.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatores mencionados e diante do que foi analisado, percebeu-se na trajetória do referido trabalho, as oscilações causadas na economia do Brasil, mediante os governos citados anteriormente. O percurso desses governos (FHC-TEMER), foi marcado por impactos na economia, ocasionados pelo aumento da inflação, crescimento da informalidade, queda no PIB e também, as elevadas taxas de desigualdades sociais.

Levando em consideração esses aspectos e fazendo alusão aos impactos na economia nos governos FHC a TEMER, foi notório diversos fatores semelhantes, como o aumento da inflação e as desastrosas tentativas referente a economia brasileira. Os autores demonstraram que, mediante o que foi exposto, foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que houve uma retomada do crescimento econômico, devido as políticas de renda e sociais adotadas. Diante disso e após os longos períodos de estagnação econômica, foi no governo Lula, que o país experimentou uma nova estrutura de distribuição de renda.

Partindo pelo pressuposto da crise econômica nos anos 80, especificamente na Cidade de Campina Grande, o estudo apontou, como a crise da década de 1980, repercutiu de forma negativa no comércio da cidade referida, identificando as dificuldades e uma melhor compreensão, acerca da situação encontrada no setor econômico da mesma. Além disso, este estudo mostrou a instabilidade econômica diante da crise e quais foram as consequências para a população, empresários e lojistas em geral.

Levando em consideração os aspectos mencionados com a atual conjuntura, deve ser entendido que, a atual recessão econômica, vivenciada nos dias atuais, são refletidos diante da desastrosa gestão do ex presidente Collor de Melo. Sendo assim, é nítido observar os desafios vivenciados na economia do país, mediante aos fatores econômicos vivenciados no transcorrer dos governos citados, como também na esfera da atualidade, acarretando uma junção de fatores, tanto econômicos, como fatores sanitários, vividos atualmente, como o problema da pandemia (Covid-19), na esfera global. Todos esses acontecimentos que foram analisados no trabalho, acarretaram uma série de consequências que impactaram a economia, não só no Brasil, como também na cidade de Campina Grande.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro P. **ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA***. São Paulo, março de 2017.

BLOCH, Marc. **Histórico do salário mínimo brasileiro, revela diferenças entre governo FHC e Lula e desmentem historiador da “década perdida”, 2013.** Disponível em: <https://umhistoriador.wordpress.com/2013/01/21/historico-do-salario-minimo-brasileiro-revela-diferencas-entre-governo-fhc-e-lula-e-desmentem-historiador-da-decada-perdida/>. Acesso em 22 de abril de 2019.

COSTA, Kátia C; ANDRADE, Helenice. **Governo de Transição FHC-LULA: Constituição, funcionamento e resultados dos trabalhos realizados pela equipe do governo de transição FHC-Lula.** Rio de Janeiro, 2003.

DINIZ, Lincon S; CASTILHO, Claudio J. **FACES ATUAIS DO ESPAÇO COMERCIAL EM CAMPINA GRANDE/PB: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COEXISTÊNCIA DE FORMAS MODERNAS E TRADICIONAIS DO COMÉRCIO NA “NOVA” DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL.** Pernambuco, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO.** São Paulo, 2017.
FRAGA, Érica. **Governo Temer termina mercado pelo pior ciclo de crescimento em cem anos, 2009.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/governo-temer-termina-mercado-pelo-pior-ciclo-de-crescimento-em-cem-anos.shtml> Acesso em 17 de maio de 2019.

FURTADO, Adolfo. **Mercado de trabalho: o legado de FHC e as perspectivas do novo governo, 2002.** Disponível em: http://www.aslegis.org.br/files/cadernos/2002/Caderno18/2.Mercado_de_trabalho_o_legado...pdf . Acesso em: 15 de abril de 2019.

HENRIQUE, Marco A; CARNIELO, Mônica F; RICCI, Fábio. **A ECONOMIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX E A QUESTÃO TRIBUTÁRIA.** Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/RE_0036_0102_01.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2019.

MATTOS, Fernando A. **Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho, 2015.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00069.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

PEREIRA, William E. **Breves notas acerca da formação histórico-econômica de campina grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX).** Rio Grande do Norte, 2016.

PINTO, Eduardo C; MOURA, Antônio P. **A política econômica e o mercado de trabalho na era Lula, 2003.** Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/\(2003\)apoliticaeconomica...pintoplinioc&p.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/(2003)apoliticaeconomica...pintoplinioc&p.pdf). Acesso em 16 de abril de 2019.

RESENDE, Michel L. **O INTERVENCIONISMO DO GOVERNO DILMA E A ECONOMIA, 2014.** Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_intervencionismo_0.pdf. Acesso em 15 de maio de 2019.

RICARDO, Jonatas G. **O GIRO DA ECONOMIA NOS GOVERNOS LULA, DILMA E TEMER: da euforia ao rombo nas contas públicas no Palácio do Planalto.** Juiz de Fora, 2018.

ROCHA, André. **A desastrosa política econômica de Dilma, 2016.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor-veste/o-estrategista/4409656/desastrosa-politica-economica-de-dilma>. Acesso em 14 de maio de 2019.

RODRIGUES, Rogério C. **O Mercado de Trabalho Brasileiro Durante o Primeiro Governo Dilma Rousseff: Uma Análise Comparativa com as Premissas Marxista, Utilitarista e Keynesiana, 2016.** Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18967/2/Rog%C3%A9rio%20Camilo%20Rodrigues.pdf>. Acesso em 7 de maio de 2019.

SILVA, Alan F. **A CIDADE PELOS CHAPEADOS: CAMPINA GRANDE 1980-1990.** Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524188651_ARQUIV_O_ACIDADEPELOSCHAPEADOScompleto.pdf. Acesso em 21 de maio de 2019.

SOUSA, Fábio G. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945).** São Paulo, 2003.

SOUSA, Hecton F. **A CONCENTRAÇÃO NO CENTRRO URBANO DE CAMPINA GRANDE: Análise da multifuncionalidade no horário de rush.** Campina Grande-PB, 2012.

VARGAS, Juliano; FELIPE, Ednilson S. **Década de 1980: as crises da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país.** Revista de Economia, V.41, São Paulo, 2015.